



AZ@BXL

Número: 278 Data: 2023.06.30

No título: [Casa da Montanha](#)

**Nota:** A [série](#) em questão pretende explorar os centros ambientais nos Açores em toda a sua extensão (19 no total). A décima edição será dedicada à montanha da ilha do Pico, nomeadamente à Casa da Montanha, que é um ponto de paragem obrigatório para quem quiser subir ao cume. O seu principal objetivo é apoiar quem pretende subir à montanha e efetuar o seu registo e controlo, de acordo com o regulamento em vigor. São disponibilizadas informações no local sobre a geologia, biologia, história, clima e enquadramento legal da Reserva Natural da Montanha do Pico, quer em painéis informativos, quer em formato de filme, que pode ser visualizado no auditório (Regulamento de Acesso à Montanha do Pico, clique [aqui](#); Normas de Conduta na Montanha do Pico, clique [aqui](#); Capacidade Máxima de Carga Diária: 320 visitantes; Capacidade Máxima de Carga em Simultâneo: 160 visitantes).

A Montanha do Pico corresponde a um estratovulcão com uma altura de 2351 metros acima do nível do mar, e cerca de 3500 metros acima da plataforma oceânica dos Açores. Esta Reserva Natural apresenta uma riqueza geológica, biológica e patrimonial singular. As suas particularidades tornam a Montanha um destino de grande interesse turístico. No entanto, é imprescindível a preservação dos valores naturais desta área protegida, a qual é feita essencial pelo controlo dos acessos e a aplicação de regras de comportamento. Com vista a uma melhor gestão da capacidade de carga e à satisfação dos visitantes, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas tem disponível uma [plataforma em linha](#), que possibilita uma rápida e ágil aquisição de bilhetes para a subida à Montanha.

## Destaques



### [Conclusões do Conselho Europeu de 29 e 30 de junho de 2023](#)

[Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre uma identidade digital europeia \(eID\)](#)

[Missão da UE «Restaurar os nossos Oceanos e Águas»: 106 milhões de euros para 18 novos projetos](#)

[Rejeitado projeto de relatório da ENVI relativo à proposta legislativa dedicada à restauração da natureza](#)

[Principais agências de viagens em linha comprometem-se a reembolsar no prazo de 14 dias os voos cancelados](#)

[Primeiro relatório bienal sobre a implementação sobre a abordagem global da investigação e inovação](#)

[Metas de clima e energia para 2030 estão em risco, diz Tribunal de Contas Europeu](#)

[Conselho dá luz verde à criação da Agência da UE sobre Drogas em Lisboa](#)



Até 3 de julho



### **Propriedade intelectual — novo quadro para patentes essenciais a uma norma**

Uma patente que protege uma tecnologia essencial a uma norma denomina-se «patente essencial a uma norma» (PEN). Os titulares de patentes comprometem-se a licenciar as suas PEN aos utilizadores da norma em termos e condições justos, razoáveis e não discriminatórios. No entanto, alguns utilizadores consideraram que o sistema de licenciamento das PEN não é transparente, nem previsível, nem eficiente. Esta iniciativa tem por objetivo criar um quadro de licenciamento justo e equilibrado e poderá combinar medidas legislativas e não legislativas. Comentários [aqui](#).



### **Revisão da legislação geral da UE em matéria de produtos farmacêuticos**

No âmbito da estratégia farmacêutica da UE, e à luz dos ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19, a Comissão tenciona avaliar e rever a legislação geral da UE em matéria de medicamentos para uso humano, a fim de assegurar um quadro regulamentar em matéria de produtos farmacêuticos que possa resistir a crises vindouras e que seja duradouro. Carregamento de comentários [nesta plataforma](#).



## Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos. O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Os contributos podem ser submetidos [aqui](#).

5 e 6 de julho



Comité das Regiões Europeu

## 156.ª reunião plenária do Comité das Regiões Europeu

Os principais destaques desta [sessão plenária](#) do Comité das Regiões Europeu são: debate sobre o papel dos órgãos de poder local e regional na defesa da democracia; debate sobre a revisão da legislação da UE sobre tratamento de águas residuais urbanas e qualidade do ar ambiente; debate sobre a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual (QFP); debate sobre o plano industrial no Pacto Ecológico Europeu; debate sobre as entidades subnacionais dos EUA e da UE: fortalecendo a democracia, fomentando o crescimento e o desenvolvimento; debate sobre o papel das autoridades locais e regionais no processo de alargamento da EU; e a cerimónia de atribuição do prémio da Região Empreendedora Europeia.

Até 7 de julho



## Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (MPCU) – avaliação

O MPCU foi criado com o objetivo de melhorar os sistemas de prevenção, preparação e resposta a catástrofes naturais e de origem humana de todos os tipos, tanto dentro como fora da UE. A presente iniciativa consiste em avaliar o MPCU, tal como previsto na Decisão 1313/2013/UE, que estipula que a Comissão Europeia deve avaliar a sua execução até 31 de dezembro de 2023. As repostas a esta [consulta pública](#) podem ser carregadas até ao dia 7 de julho.

Até 10 de julho



## Política de coesão da UE: oportunidades de formação para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas no contexto da 7.ª edição do “Youth4Regions”. Em outubro de 2023, serão selecionados 37 estudantes de jornalismo e jovens jornalistas para viajar para Bruxelas durante uma semana, para formação, tutoria e trabalho com jornalistas experientes na sala de imprensa, bem como para visitar as instituições da UE e os meios de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (vídeo geral, fotojornalístico e jornalístico) dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países candidatos. O programa “Youth4Regions” é o programa da Comissão que ajuda os estudantes de jornalismo e os jovens jornalistas a descobrir o que a UE está a fazer na sua região. Desde o seu lançamento, em 2017, mais de 170 pessoas de toda a Europa seguiram o programa. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis [na página Web do programa](#) até 10 de julho.

Até 12 de julho



## Análise dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) — avaliação e revisão do quadro da UE

O Regulamento (UE) 2019/452 estabelece o quadro da UE para a análise dos IDE na UE. Estas regras visam melhorar a capacidade da UE para identificar e fazer face aos potenciais riscos para a segurança ou a ordem pública decorrentes de determinadas transações. Esta iniciativa visa assegurar que este quadro continua a ser adequado à sua finalidade num contexto mundial de segurança em mutação. A Comissão proporá uma revisão das regras, embora o quadro continue a centrar-se exclusivamente na segurança e na ordem pública. Comentários [aqui](#).

17 de julho



## Combater a pobreza energética para uma transição justa



O Comité Económico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, a terceira edição da sua [conferência sobre a pobreza energética](#). Esta iniciativa surge na sequência das conferências do CESE de 2021 e 2022 sobre este importante tema. A conferência, organizada sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da UE, centrar-se-á na forma de combater a pobreza energética num contexto de crise energética sem precedentes, agravada pela guerra na Ucrânia, que agravou a situação dos cidadãos vulneráveis em risco de pobreza energética.

A conferência pretende analisar as medidas atuais e fazer o balanço das recomendações das conferências anteriores, com o objetivo de desenvolver recomendações para o futuro. Pretende igualmente contribuir para o reforço do diálogo e da cooperação entre as organizações da sociedade e os diferentes níveis de governação.

Até 21 de julho



### Política de Coesão da UE: convite para jornalistas

Se for jornalista ou criador de conteúdos que trabalha numa região da UE e se estiver interessado em saber mais sobre a política de coesão, fundos e políticas da UE, está [convidado a candidatar-se ao programa de estudos #EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas locais e regionais até 21 de julho de 2023, às 17:00 CEST.

O programa inclui sessões de formação em linha e uma visita de estudo a Bruxelas. Ficarà a conhecer as instituições da UE, as suas estruturas e procedimentos, o impacto da política de coesão nas regiões e nos seus cidadãos - da transição ecológica e digital à resiliência social. Terá também a oportunidade de se encontrar com peritos nacionais da Comissão, visitar projetos financiados pela UE e aprender a utilizar as ferramentas de dados da Comissão. Após o programa, terá uma melhor compreensão das políticas da UE e da política de coesão em particular. Terá estabelecido contactos com colegas jornalistas de outros países e regiões e contribuído, através das suas reportagens, para o desenvolvimento do projeto europeu.

A primeira viagem de estudo a Bruxelas terá lugar no início de setembro de 2023 e estão previstas sete outras viagens entre outubro de 2023 e maio de 2024. Cada viagem de estudo está aberta a 40 jornalistas e criadores de conteúdos de todos os Estados-Membros. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento dos participantes no programa.

Até 22 de julho



### Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos.

O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Comentários sobre a proposta de diretiva [aqui](#).

Até 31 de julho



### Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia — convite à apresentação de candidaturas

O Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O Prémio recompensa anualmente o jornalismo de excelência que promova ou defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O Prémio está aberto a jornalistas profissionais e equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que devem submeter peças aprofundadas que tenham sido publicadas ou transmitidas por meios de comunicação social sediados num dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade e da igualdade. Os jornalistas podem submeter os seus trabalhos através do [site](#) até 31 de julho de 2023, às 12h00 (hora de Bruxelas).



### Produtos químicos perigosos — Proibição da produção para exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia

A iniciativa legislativa visa introduzir um mecanismo de proibição da produção e/ou exportação de determinados produtos químicos perigosos que estão proibidos na UE, a fim de proteger os países terceiros dos efeitos negativos desses produtos na saúde humana e no ambiente. A iniciativa alinhará ainda as políticas interna e externa da União Europeia e melhorará a posição internacional da UE, reforçando a credibilidade das ações por esta empreendidas e dando cumprimento a um compromisso que

a UE assumiu na sua Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos. A consulta pública será encerrada a 31 de julho. Carregamento de contributos [aqui](#).

Até 2 de agosto



### Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — avaliação intercalar

A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 visa: incentivar os jovens a participar na vida democrática; apoiar a participação social e cívica; garantir que todos os jovens dispõem dos recursos de que necessitam para desempenhar um papel ativo na sociedade. O objetivo desta iniciativa é avaliar a eficácia e o desempenho globais, a eficiência, a pertinência, a coerência e o valor acrescentado europeu da estratégia. Esta avaliação servirá de base para a revisão intercalar da estratégia pelo Conselho da UE. Contributos podem ser carregados [aqui](#).

Até 4 de agosto



### Consulta pública sobre o balanço de qualidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador ao ambiente

O princípio do poluidor-pagador [deve](#) ser aplicado nas políticas ambientais da UE, tal como estabelecido no artigo 191.º, n.º 2, da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O princípio do poluidor-pagador exige que os poluidores paguem as medidas que tomam para pôr termo à poluição e pela poluição que provocam. A aplicação do princípio constitui um incentivo para evitar danos ambientais na fonte e responsabiliza os poluidores.

O objetivo da presente consulta pública é recolher os pontos de vista das partes interessadas — juntamente com quaisquer elementos que possam fornecer — sobre a aplicação do princípio do poluidor-pagador na UE, o que está a funcionar bem e não tão bem e o valor acrescentado da UE na sua aplicação. Respostas [aqui](#).

Até 28 de agosto



### Votação para o Prémio Escolha do Público 2023 - Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023

O vencedor do Prémio Escolha do Público, a ser selecionado de entre os projetos vencedores deste ano dos Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023, e com direito a receber 10 mil euros cada, será decidido através da [votação em linha](#). Mais informações sobre os vencedores dos prémios podem ser consultadas [aqui](#)

30 de agosto a 2 de setembro



### Summer CEMP 2023

A edição deste ano do [Summer CEMP](#), a escola de verão da Representação da Comissão Europeia em Portugal, [terá](#) lugar em Ponte da Barca, no distrito de Viana do Castelo, entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro, com o apoio da [Câmara Municipal de Ponte da Barca](#) e com a colaboração do centro [Europe Direct Minho](#). O *Summer CEMP* tem um carácter itinerante e coloca no centro do debate sobre o futuro da União Europeia a história, as oportunidades e os desafios concretos das comunidades anfitriãs nas várias regiões do país. As anteriores edições aconteceram em Monsanto (2017), Marvão (2018), Monsaraz (2019), Alcoutim (2021) e Ribeira Grande, Açores (2022). Mais informações na [página dedicada PT](#) e acompanhe com o #SummerCEmp nas contas das redes sociais da Representação da Comissão Europeia em Portugal – [Instagram](#), [Twitter](#), [Facebook](#).

Até 31 de agosto



### Consulta pública sobre possibilidades de pesca para 2024

Os Estados-Membros, os conselhos consultivos, o setor das pescas, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados são **incentivados a partilhar as suas perspetivas sobre o ponto da situação e as futuras orientações das possibilidades de pesca para 2024**. São convidados a exprimir os seus pontos de vista até 31 de agosto no âmbito da [consulta pública em linha](#).

Até 8 de setembro



## Prémio Apícola Europeu de 2023

Estão abertas as candidaturas ao Prémio Apícola Europeu de 2023. Existem três categorias em concurso, sendo que os incentivos financeiros poderão chegar aos 4 mil euros. Mais informações sobre o processo de candidatura [aqui](#).

Até 13 de setembro



### Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersectorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



### Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.

23 a 30 de setembro



### Semana Europeia do Desporto 2023

A iniciativa incentiva os cidadãos europeus a "#BeActive", não só durante a Semana, mas também a manterem-se em forma durante todo o ano. O desporto e a atividade física contribuem para o nosso bem-estar físico e mental. A falta de atividade física não só tem um impacto negativo na sociedade e na saúde das pessoas, como também resulta em custos económicos. Além disso, o desporto tem o potencial de reforçar as mensagens de tolerância e a cidadania em toda a Europa. A promoção do papel do desporto como meio de inclusão social ajudará a enfrentar os desafios atuais da sociedade europeia.

Apesar do crescente número de estudos que salientam a importância do desporto para a manutenção do nosso bem-estar e para a construção de uma sociedade inclusiva e economicamente dinâmica, os níveis de atividade física estão atualmente a estagnar, ou mesmo a diminuir, em alguns Estados-Membros. A Semana Europeia do Desporto tem por objetivo responder a este desafio.

A Semana Europeia do Desporto promove a participação no desporto e na atividade física e visa sensibilizar para os inúmeros benefícios de ambos. A Semana destina-se a todos - independentemente da idade, origem ou nível de aptidão física - e ajuda os indivíduos, as autoridades públicas, o movimento desportivo, as organizações da sociedade civil e o sector privado a colaborar no domínio do desporto. Esta iniciativa liderada pela Comissão é largamente descentralizada e realiza-se em toda a Europa. A Semana envolve uma estreita colaboração com os coordenadores nacionais e muitos parceiros diferentes que estão firmemente empenhados em apoiar os seus objetivos. Demais informações [aqui](#).

Até 25 de setembro



### Consulta pública sobre o POSEI

Esta iniciativa [avaliará](#) a aplicação de regimes de apoio específicos da UE à agricultura no período de programação de 2014-2020. Os referidos regimes apoiam as regiões ultraperiféricas e as ilhas menores do mar Egeu da UE (regime POSEI e regime das ilhas menores do mar Egeu). Ambos os regimes partilham a mesma abordagem em termos de objetivos, estrutura e gestão financeira. Comentários podem ser carregados até ao dia 25 de setembro.

Até 26 de setembro



### Programa Europa Digital – 122 milhões de euros em tecnologias e competências digitais

Dos 122 milhões de euros, 31 milhões apoiarão projetos no domínio dos dados, com investimentos no projeto [Genoma Europa](#) para a criação duma base de dados europeia de referência sobre o genoma, que promoverá avanços radicais na investigação, inovação, prevenção de doenças e prestação de cuidados de saúde. 25 milhões de euros serão dedicados às infraestruturas e serviços de computação periférica e em nuvem da próxima geração. 18 milhões serão dedicados à inteligência artificial e 16 milhões à promoção de competências digitais avançadas. O prazo para a apresentação de candidaturas é 26 de setembro de 2023 e as informações relativas às candidaturas estão [disponíveis em linha](#). Outros convites à apresentação de propostas no âmbito do programa de trabalho para 2023-2024 serão publicados no final de maio e ao longo do corrente ano. O programa de trabalho para 2023-2024 dispõe de um orçamento total de 909,5 milhões de euros, dos quais 392 milhões serão afetados a ações em 2023

Até 27 de setembro



### Novo Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras

O Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras pretende mostrar o papel central que as mulheres podem (e devem) desempenhar na criação de uma nova Europa mais sustentável, e inspirará pessoas de todas as idades a juntarem-se à nova visão que o EIC e o EIT estão a construir sobre as mulheres como líderes tecnológicos e climáticos. O prémio máximo será de 100 mil euros. Candidaturas e restantes informações [aqui](#).

27 a 30 de setembro



### Cimeira do 60º aniversário do Europa Nostra

A escolha de Veneza como cidade anfitriã da Cimeira Europeia do Património Cultural representa, por si só, um símbolo duma Europa baseada em valores e orientada para a cultura. Mais informações relativas à cimeira [aqui](#).

Até 28 de setembro



### Prémios Desportivos da UE #BeInclusive 2023

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de candidaturas](#) para os [Prémios Desportivos da UE #BeInclusive de 2023](#), para celebrar o papel do desporto na promoção dos valores europeus e da paz. Os prémios reconhecem as organizações que utilizam o desporto para melhorar a inclusão social de grupos desfavorecidos, incluindo minorias étnicas, refugiados, pessoas com deficiência, grupos de jovens em risco ou outros grupos que enfrentam circunstâncias sociais difíceis.

Os prémios deste ano abrangem as três categorias seguintes: "quebrar barreiras", "promover a igualdade de género no desporto" e "desporto para a paz". Os três vencedores (um em cada categoria) serão anunciados na cerimónia anual dos prémios #BeInclusive em 2024 e receberão um prémio de 10 mil euros cada. Os outros finalistas de cada categoria receberão um prémio de 2 500 euros cada.

Até 29 de setembro



### Prémio Europeu Natura 2000 | Edição 2024

O Prémio Europeu Natura 2000 [visa](#) promover a importância da [Rede Natura 2000](#) e a proteção da biodiversidade, em toda a Europa. A iniciativa pretende também mostrar o valor acrescentado desta Rede para as economias locais. As candidaturas para a edição 2024 decorrem até 29 de setembro de 2023, estando o concurso organizado em cinco [categorias](#): Conservação na terra; Conservação marinha; Comunicação; Trabalhar juntos pela natureza; Cooperação transfronteiriça.

Qualquer cidadão ou organização da União Europeia envolvidos num projeto de conservação no âmbito da Rede Natura 2000 pode ca. A iniciativa integra também a atribuição do "Prémio dos Cidadãos" ao finalista favorito de acordo com votação pública *online*. A cerimónia de entrega do Prémio Europeu Natura 2000 realiza-se anualmente, em Bruxelas, no Dia Europeu da Rede Natura 2000, a 21 de maio.

Até 5 de outubro



## Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no sítio *Web* da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.

Até 17 de outubro



## Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios sociais e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).

Até 25 de outubro



## Abertura do concurso "Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) e Citizens": 15,4 milhões de euros para aproximar a investigação da educação e da sociedade

As ações "MSCA e Citizens" aproximam a investigação e os investigadores do público em geral. O [prazo de candidatura](#) à organização da Noite Europeia dos Investigadores e dos Investigadores nas Escolas termina a 25 de outubro de 2023. Esta nova ronda de financiamento destinará 15,4 milhões de euros para financiar cerca de 50 projetos, tendo como objetivo organizar duas edições sucessivas da [Noite Europeia dos Investigadores](#) (em 2024 e 2025) e a implementação de atividades de [Investigadores nas Escolas](#) durante dois anos consecutivos.





## Comissão Europeia propõe mobilizar os restantes 330 milhões de euros da reserva agrícola

A Comissão Europeia [propõe](#) mobilizar apoios adicionais para os agricultores da UE afetados por fenómenos climáticos adversos, custos elevados dos fatores de produção e diversas questões relacionadas com o mercado e o comércio. O novo pacote de apoio consistirá em 330 milhões de euros para 22 Estados-Membros. Além disso, os Estados-Membros aprovaram o pacote de apoio de 100 milhões de euros para os agricultores da Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia, apresentado em 3 de maio. Várias outras medidas, incluindo a possibilidade de pagamentos antecipados mais elevados, deverão apoiar os agricultores afetados por fenómenos climáticos adversos.

Os agricultores da UE da Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Portugal, Eslovénia, Finlândia e Suécia beneficiarão deste apoio excecional de 330 milhões de euros do orçamento da PAC. Os países podem complementar este apoio da UE (de acordo com a proposta os agricultores portugueses poderão vir a beneficiar de um apoio de 11 619 548 €) até 200% com fundos nacionais. Os Estados-Membros partilharam com a Comissão avaliações das dificuldades enfrentadas pelos respetivos setores agrícolas. A medida será votada pelos Estados-Membros na próxima reunião do comité para a organização comum dos mercados agrícolas.

## Aumento dos preços agrícolas abranda no primeiro trimestre de 2023

Entre o primeiro trimestre de 2022 e o 1.º trimestre de 2023, o preço médio da UE dos produtos agrícolas no seu conjunto (produção) [aumentou](#) significativamente para o mesmo cabaz de produtos (+17%). Ainda assim, isto representou uma taxa de aumento inferior em comparação com a taxa de variação do trimestre anterior (+26% entre o 4.º trimestre de 2021 e o 4.º trimestre de 2022).

Dentro deste cabaz de produtos, registaram-se aumentos de preços particularmente fortes para os ovos (+60% em média em toda a UE), o arroz (+51%), as azeitonas e os suínos (ambos +49%). O aumento global dos preços dos ovos na UE refletiu não só a escassez de cereais forrageiros e a redução das exportações de cereais da Ucrânia, mas também um surto de gripe aviária (gripe das aves) na Bélgica e nos Países Baixos.

A produção agrícola acarreta custos. Os agricultores têm de comprar bens e serviços para serem utilizados como fatores de produção no processo de produção. Embora os preços na produção tenham continuado a aumentar entre o 1.º trimestre de 2022 e o 1.º trimestre de 2023, o mesmo aconteceu com o preço médio dos bens e serviços atualmente consumidos na agricultura (ou seja, fatores de produção não relacionados com o investimento) no conjunto da UE; aumentaram 11 % para o mesmo cabaz de fatores de produção.

Esta foi também uma taxa de aumento mais lenta do que a registada entre o 4.º trimestre de 2021 e o 4.º trimestre de 2022 (+27%). Dentro deste cabaz, registaram-se aumentos de preços substanciais para os alimentos para animais (+16%), sementes e material de plantação (14%) e produtos fitofarmacêuticos e pesticidas (+12%).

Em quase todos os países da UE, o preço médio da produção agrícola e dos fatores de produção não relacionados com o investimento aumentou entre o 1.º trimestre de 2022 e o 1.º trimestre de 2023. As taxas de aumento mais acentuadas do preço médio da produção agrícola registaram-se em Espanha e Portugal (ambos +33%). Uma seca na Península Ibérica em 2023 levou a uma redução da produção, o que deu um novo impulso aos aumentos de preços. A Lituânia foi o único país da UE em que o preço médio da produção agrícola desceu durante este período (-2%). As taxas de aumento mais acentuadas do preço médio dos fatores de produção não relacionados com o investimento foram registadas na Hungria (+29%), na Polónia (+20%) e na Eslováquia (+19%). As taxas de aumento mais baixas registaram-se nos Países Baixos (+1%), em Malta e no Luxemburgo (ambos +3%).

## Último relatório sobre o comércio agroalimentar revela um recorde de exportações em março de 2023

O último relatório mensal sobre o comércio agroalimentar publicado a 27 de junho [mostra](#) que, na sequência da recuperação das exportações em fevereiro, o comércio agroalimentar da UE continuou a crescer, com um aumento significativo das exportações em março. O resultado foi um excedente comercial de 6,9 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 28% em relação ao mês anterior. O elevado nível das exportações em março atingiu 21,5 mil milhões de euros, mais 16% do que em fevereiro. As exportações aumentaram em particular para preparações de cereais e produtos de moagem, preparações de frutas, nozes e vegetais e produtos lácteos. No primeiro trimestre de 2023, os três principais destinos das exportações agroalimentares da UE foram o Reino Unido, os Estados Unidos e a China. As importações também aumentaram, para 14,6 mil milhões de euros. As importações aumentaram, em particular, para o açúcar e a isoglicose, os cereais e os produtos do tabaco, tanto em volume como em valor. Os três principais países importadores no primeiro trimestre de 2023 para as importações agroalimentares da UE foram o Brasil, a Ucrânia e o Reino Unido.

## Consumo de fertilizantes na UE diminui 2 % em 2021

O consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo) na produção agrícola na UE [foi](#) de 10,9 milhões de toneladas em 2021, o que equivale a uma diminuição homóloga de 2,2 % em comparação com 2020 e a uma diminuição acumulada de 6,4 % em relação ao pico relativo em 2017. O consumo de fertilizantes à base de azoto na agricultura foi estimado em 9,8 milhões de toneladas na UE em 2021, uma diminuição homóloga de 2,0%, uma taxa semelhante à tendência de curto prazo observada desde 2017. No entanto, a médio prazo, o consumo global de fertilizantes azotados regressou a um nível semelhante ao da década anterior.

O consumo de fertilizantes à base de azoto na agricultura em 2021 foi mais elevado em países que estão também entre os principais produtores agrícolas da UE. A França (2,0 milhões de toneladas), a Alemanha (1,3 milhões de toneladas), a Polónia (1,0 milhões de toneladas, dados de 2020) e a Espanha (1,0 milhões de toneladas) representaram, em conjunto, metade do consumo total da UE. Em 2021, o consumo de fertilizantes de fósforo na agricultura foi de 1,1 milhões de toneladas. Este valor representou um declínio de 3,8%

em relação ao nível registado em 2020, embora para um nível semelhante à média da década anterior. Os países com o maior consumo de fertilizantes à base de fósforo na agricultura em 2021 foram a França, a Espanha, a Polónia, a Roménia, a Itália e a Alemanha; o seu consumo foi quase três quartos da utilização total da UE.

Embora ainda não existam dados disponíveis para 2022, é importante mencionar que a agressão militar na Ucrânia e a aplicação de sanções à Rússia levaram a aumentos acentuados nos preços dos fertilizantes, o que provavelmente terá impacto na utilização de fertilizantes na agricultura na UE (Comissão Europeia, 2022). A indústria de fertilizantes à base de azoto da UE estava fortemente dependente do gás de origem russa. Além disso, a Rússia e a Bielorrússia tinham sido atores-chave na produção mundial de fertilizantes à base de rocha (fosfatos e, em especial, potássio).



## Ambiente

### Rejeitado projeto de relatório da ENVI relativo à proposta legislativa dedicada à restauração da natureza

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu (ENVI) [rejeitou](#) a proposta de relatório respeitante à proposta de regulamento relativo à restauração da natureza. Após a votação das alterações à proposta da Comissão na quinta-feira, 15 de junho, e continuando na terça-feira, 27 de junho, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar acabou por rejeitar a proposta legislativa. A votação final foi de 44 votos a favor, 44 contra e 0 abstenções. Por conseguinte, a ENVI vai apresentar ao plenário a proposta de rejeição da proposta da Comissão Europeia. O Parlamento Europeu deverá então tomar uma posição, provavelmente na sessão plenária de julho, em Estrasburgo, enquanto se aguarda a aprovação da ordem do dia pela Conferência dos Presidentes.

### Reduzir a poluição das águas subterrâneas e de superfície da UE

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar [aprovou](#) a sua posição sobre a proteção das águas subterrâneas e superficiais contra a poluição e a melhoria das normas de qualidade da água. A nova legislação, sobre a qual os eurodeputados aprovaram a sua posição com 69 votos a favor, 4 contra e 15 abstenções, revê a Diretiva-Quadro Água, a Diretiva Águas Subterrâneas e a Diretiva Normas de Qualidade Ambiental (Diretiva Águas de Superfície). O objetivo das revisões é proteger melhor a saúde humana e os ecossistemas naturais dos poluentes.

Os eurodeputados propõem que a "lista de vigilância" - que contém substâncias ou grupos de substâncias relativamente às quais existem indicações de que representam um risco significativo para a saúde humana e o ambiente - não seja limitada a um máximo de substâncias, como proposto pela Comissão. Esta lista deve ser atualizada regularmente para acompanhar as novas provas científicas e o ritmo acelerado do aparecimento de novas substâncias químicas. A ENVI quer que uma série de substâncias seja acrescentada à lista de vigilância assim que forem identificados métodos de monitorização adequados, incluindo microplásticos, microrganismos resistentes a antimicrobianos e genes selecionados de resistência antimicrobiana, bem como, possivelmente, sulfatos, xantatos e metabolitos de pesticidas não relevantes.

### Melhor proteção dos trabalhadores contra o amianto: Comissão saúda o acordo político para rever as regras da UE

A Comissão [saúda](#) o acordo político alcançado entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros sobre a [proposta da Comissão](#) de atualizar a diretiva da UE relativa ao amianto no trabalho. Isso marca um passo importante para proteger melhor os trabalhadores dos riscos de exposição ao amianto. Faz parte da [abordagem abrangente](#) da Comissão para melhor proteger as pessoas e o meio ambiente do amianto e garantir um futuro sem amianto.

O amianto é uma substância cancerígena altamente perigosa que ainda está presente em muitos dos nossos edifícios e é responsável por muitas mortes evitáveis na UE. De acordo com o acordo político e de acordo com as evidências científicas mais recentes, as novas regras garantirão que nenhum trabalhador seja exposto a uma concentração superior a 0,01 fibras de amianto por centímetro cúbico (f/cm<sup>3</sup>) durante um período de transição. Isso é dez vezes menor que o limite de exposição anterior.

Após este período de transição, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros da UE chegaram a acordo sobre o chamado "modelo dual", que permite aos Estados-Membros escolher entre: um valor limite igual a 0,01 fibras por cm<sup>3</sup> incluindo fibras de amianto mais finas; ou, um valor limite igual a 0,002 fibras por cm<sup>3</sup> sem incluir fibras de amianto mais finas.

A Comissão fornecerá aos Estados-Membros orientações para facilitar a aplicação da diretiva revista, abrangendo aspetos como a transição para métodos mais modernos de contagem de fibras, programas de formação e equipamento de proteção individual. O acordo também inclui um período de transição para os Estados Membros mudarem para um método mais moderno e sensível para a contagem de fibras de amianto, ou seja, da atual microscopia de contraste de fase para a microscopia eletrónica.

Após a aprovação formal do acordo pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, os Estados-Membros terão dois anos para incorporar a Diretiva da UE na legislação nacional.

### Pacto Ecológico: nova legislação para combater desflorestação e degradação florestal em todo o mundo provocadas por produção e consumo na UE

Entrou no dia 29 de junho em vigor o [Regulamento da UE relativo à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal](#), um ato legislativo

pioneiro e essencial na luta contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. Quando as empresas exportam ou colocam no mercado da UE óleo de palma, gado, soja, café, cacau, madeira e borracha ou produtos derivados destas matérias, como carne, mobiliário ou chocolate, terão de exercer uma diligência rigorosa para demonstrar que os produtos em causa não contribuem para a desflorestação ou a degradação florestal.

O novo regulamento [reflete](#) o desejo dos cidadãos europeus de não provocarem a desflorestação a nível mundial através do seu consumo. Após a entrada em vigor, os operadores e os comerciantes dispõem agora de 18 meses para se prepararem para dar cumprimento ao regulamento. As empresas passarão a ter de confirmar que os seus produtos foram produzidos em terrenos que não foram sujeitos a desflorestação nem a degradação florestal após 31 de dezembro de 2020. O regulamento aplica-se tanto a produtos produzidos na UE como em países terceiros. As pequenas empresas beneficiam de condições especiais. A Comissão encetará também diálogos com os países terceiros para facilitar a aplicação do regulamento e abordar conjuntamente as causas profundas da desflorestação e da degradação florestal e reduzir os riscos de desflorestação. Mais informações nesta [notícia](#) e nas [perguntas frequentes](#).

### **UE propõe uma nova perspetiva abrangente relativa às ameaças à paz, à segurança e à defesa resultantes das alterações climáticas e da degradação ambiental**

A Comissão Europeia e o alto representante adotaram uma [comunicação conjunta](#) sobre a forma como a UE abordará o crescente impacto das alterações climáticas e da degradação ambiental a nível da paz, da segurança e da defesa. A recorrência de fenómenos climáticos extremos, o aumento da temperatura e do nível da água do mar, a desertificação, a escassez de água, as ameaças à biodiversidade, a contaminação e a poluição ambiental ameaçam a saúde e o bem-estar da humanidade e podem gerar ainda maiores movimentos migratórios, pandemias, deslocamentos, agitação social, instabilidade e insegurança. As forças armadas europeias também têm de fazer frente a condições operacionais difíceis e sempre em mutação devido às alterações climáticas. Estas novas ameaças já levaram aliados e parceiros a atualizarem também as suas políticas.

A comunicação conjunta propõe uma nova perspetiva e define o quadro que permite à UE fazer face a estes desafios, que afetam a nossa sociedade e as nossas operações de segurança, assim como à concorrência geopolítica crescente pelos recursos e tecnologias necessários para a transição ecológica. A UE pretende integrar melhor a correlação entre clima, paz e segurança nas políticas externas da UE, com uma série de ações concretas em todo o espectro de dados, políticas, missões, defesa e cooperação com terceiros nossos parceiros, a fim de assegurar que os efeitos são tidos em conta a todos os níveis da elaboração das políticas, da programação e das operações no domínio das relações externas. A comunicação apresenta o plano elaborado pela UE para reforçar a resiliência e a segurança da União e dos seus parceiros face à intensificação da crise climática e melhora as interações entre as diferentes políticas, a fim de assegurar que a ação externa e as capacidades são adequadas para fazer face a estes desafios.



## Coesão e Solidariedade Interna da UE

### **Política de Coesão da UE: convite para jornalistas**

Se for jornalista ou criador de conteúdos que trabalha numa região da UE e se estiver interessado em saber mais sobre a política de coesão, fundos e políticas da UE, está [convidado a candidatar-se ao programa de estudos #EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas locais e regionais até 21 de julho de 2023, às 17:00 CEST. O programa inclui sessões de formação em linha e uma visita de estudo a Bruxelas. Ficará a conhecer as instituições da UE, as suas estruturas e procedimentos, o impacto da política de coesão nas regiões e nos seus cidadãos - da transição ecológica e digital à resiliência social. Terá também a oportunidade de se encontrar com peritos nacionais da Comissão, visitar projetos financiados pela UE e aprender a utilizar as ferramentas de dados da Comissão. Após o programa, terá uma melhor compreensão das políticas da UE e da política de coesão em particular. Terá estabelecido contactos com colegas jornalistas de outros países e regiões e contribuído, através das suas reportagens, para o desenvolvimento do projeto europeu. A primeira viagem de estudo a Bruxelas terá lugar no início de setembro de 2023 e estão previstas sete outras viagens entre outubro de 2023 e maio de 2024. Cada viagem de estudo está aberta a 40 jornalistas e criadores de conteúdos de todos os Estados-Membros. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento dos participantes no programa.



## Cultura

### **«Close» vence LUX Prémio do Público 2023**

O filme «Close», do realizador belga Lukas Dhont, foi [distinguido](#) com o [LUX Prémio do Público 2023](#), numa cerimónia que decorreu no hemiciclo do Parlamento Europeu, em Bruxelas. O filme, coproduzido pela Bélgica, França e Holanda, conta a história de uma amizade intensa entre dois rapazes de 13 anos, Leo e Remi. Quando a amizade deles é subitamente interrompida, Leo aproxima-se de Sophie, a mãe de Remi, esforçando-se para compreender o que aconteceu. «Close» é um filme sobre a amizade e a responsabilidade.

Os outros quatro filmes pré-selecionados para o Prémio foram: «[Fogo-Fátuo](#)», do realizador português João Pedro Rodrigues; «[Alcarràs](#)» da realizadora espanhola Carla Simón; «[Burning Days](#)», do realizador turco Emin Alper; e «[Triângulo da Tristeza](#)» do realizador sueco Ruben Östlund. O filme vencedor foi escolhido através da combinação da votação do público e dos eurodeputados,

cada um pesando 50%. A plataforma de prêmios recebeu cerca de 45 mil classificações (avaliações numa escala de 1 a 5 estrelas) de espetadores europeus e de 360 de eurodeputados.



### **Conclusões do Conselho Europeu sobre a Ucrânia e sobre segurança e defesa**

O Conselho Europeu [condena](#) com a maior veemência a destruição deliberada da barragem da central hidroelétrica de Kakovka, que tem repercussões humanitárias, ecológicas, agrícolas e económicas devastadoras e põe em risco a segurança e proteção da central nuclear de Zaporíjia. A União Europeia e os seus Estados-Membros estão prontos a prestar mais apoio à Ucrânia, além da ajuda de emergência para as operações de socorro prestada através do Mecanismo de Proteção Civil da União. A União Europeia apoia plenamente o trabalho da Agência Internacional da Energia Atómica para reforçar a segurança e proteção nuclear na Ucrânia.

A União Europeia e os seus Estados-Membros intensificarão os seus esforços mediante contactos diplomáticos e continuarão a cooperar com a Ucrânia e outros países para assegurar um apoio internacional o mais amplo possível aos princípios e objetivos fundamentais da Fórmula Ucraniana para a Paz, nomeadamente através de uma próxima cimeira mundial para a paz. Qualquer iniciativa em prol de uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia tem de se basear no pleno respeito pela sua independência, soberania e integridade territorial dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

### **Indústria de defesa da UE: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo sobre novas regras para fomentar a contratação pública conjunta**

O Conselho [chegou](#) a um acordo provisório com o Parlamento Europeu sobre o regulamento relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública conjunta (EDIRPA). O regulamento incentivará os Estados-Membros da UE a adquirirem armas conjuntamente, o que garantirá a interoperabilidade, economias de escala e – em última instância – uma indústria europeia de defesa forte.

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a acordo sobre um instrumento ambicioso. Os Estados-Membros que aceitem agrupar a sua procura e adquirir conjuntamente produtos relacionados com a defesa em consórcios de, pelo menos, três países serão parcialmente reembolsados a partir do orçamento da UE. Sairão assim beneficiados os Estados-Membros e a base tecnológica e industrial de defesa europeia, dando-se especial atenção à participação das pequenas e médias empresas (PME), das empresas em fase de arranque e das empresas de média capitalização na cadeia de valor. O acordo estabelece uma série de condições claras aplicáveis aos contratantes, aos subcontratantes e aos produtos de defesa para que sejam elegíveis, bem como as condições que os projetos terão de respeitar para serem elegíveis para financiamento.

### **Task-Force UE-NATO: Relatório de avaliação final sobre o fortalecimento da nossa resiliência e da proteção de infraestrutura crítica**

A UE e a NATO [partilham](#) um interesse comum na prevenção de interrupções nas infraestruturas críticas que fornecem serviços essenciais aos cidadãos e apoiam as nossas economias. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia trouxe novos riscos, ataques físicos e cibernéticos, muitas vezes combinados como uma ameaça híbrida.

A UE e a NATO intensificaram a sua cooperação com o lançamento do Grupo de Trabalho UE-NATO sobre resiliência de infraestruturas críticas a 16 de março de 2023. O Grupo de Trabalho UE-NATO apresentou agora um [relatório de avaliação final](#), que mapeia os atuais desafios de segurança e identifica quatro setores-chave de importância transversal: energia, transporte, infraestrutura digital e espaço. O relatório apresenta recomendações direcionadas para fortalecer a resiliência da infraestrutura crítica.

### **Fundo Europeu de Defesa: UE vai investir 832 milhões de euros em 41 projetos industriais de defesa**

A Comissão Europeia [anunciou](#) os resultados dos convites à apresentação de propostas de 2022 no âmbito do Fundo Europeu de Defesa (FED), que ascendem a 832 milhões de euros de financiamento da UE para apoiar 41 projetos conjuntos de investigação e desenvolvimento no domínio da defesa em toda a UE.

Os projetos selecionados ajudarão a desenvolver as capacidades de defesa de ponta da UE em domínios críticos como o combate naval, terrestre e aéreo, o alerta precoce baseado no espaço e o ciberespaço. Por exemplo, no domínio naval, o projeto E-NACSOS centrar-se-á numa nova norma de colaboração para a defesa antiaérea e antimísseis. Na categoria aérea, o projeto REACTII melhorará a resiliência e a gestão da guerra eletrónica. Outro projeto no domínio espacial, ODIN'S EYE II, basear-se-á nos progressos realizados no domínio do alerta precoce de mísseis com base no espaço e reunirá a indústria de 14 Estados-Membros da UE e da Noruega para aumentar a capacidade europeia neste domínio. O FED também contribuirá diretamente para a ciberdefesa em três projetos específicos de investigação e desenvolvimento.

### **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho aprova segundo complemento do limite máximo financeiro global de 3,5 mil milhões de euros**

O Conselho [adotou](#) uma decisão que aumenta o limite máximo financeiro global do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) em 3,5 mil milhões de euros, com base num acordo anterior de 20 de março de 2023. Esta decisão visa assegurar a sustentabilidade

financeira e a previsibilidade do MEAP a longo prazo, assim como preservar o seu âmbito geográfico mundial e a capacidade da UE para prevenir e responder rapidamente a crises e conflitos.

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz foi criado em março de 2021 para financiar todas as ações da política externa e de segurança comum (PESC) relacionadas com assuntos militares e de defesa, tendo como objetivo prevenir conflitos, preservar a paz e reforçar a segurança e a estabilidade internacionais. Em particular, o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz permite à UE financiar ações destinadas a reforçar as capacidades de países terceiros e de organizações regionais e internacionais em aspetos militares e de defesa.

O MEAP é um instrumento extraorçamental. Inicialmente, contava com um limite máximo financeiro global de 5,5 mil milhões de euros (a preços correntes) para o período 2021-2027 que, após um primeiro complemento de 2 mil milhões de euros, aumentou para quase 8 mil milhões de euros (a preços correntes) em 13 de março de 2023. As contribuições feitas pelos Estados-Membros são determinadas segundo uma chave de repartição baseada no rendimento nacional bruto (RNB). Graças ao MEAP, a UE tem apoiado as Forças Armadas ucranianas, até à data com sete pacotes de apoio sucessivos, e também muitos outros países, tais como: Moçambique, Geórgia, Moldávia, Bósnia-Herzegovina, Somália, Níger, Mauritânia, Líbano e Jordânia. As componentes militares das operações de apoio à paz sob liderança africana e unidades multinacionais como a Grupo de Ação Médica para os Balcãs também já obtiveram apoio através do MEAP. Por conseguinte, 92 % do limite máximo financeiro global para 2021-2027 já foi afetado em 2023, o que tornou necessário um novo aumento.

### **Missões civis da PCSD: Conselho prorroga mandatos da EUBAM Líbia, EUBAM Rafa e EUPOL COPPS**

O Conselho [decidiu](#) renovar os mandatos de três missões civis no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e atualizar o mandato de uma delas. O mandato da Missão da UE de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia) foi renovado por dois anos, até 30 de junho de 2025. No contexto da revisão estratégica da EUBAM Líbia, o Conselho decidiu que a missão deverá contribuir para reforçar a capacidade das autoridades e agências líbias pertinentes para gerir as fronteiras da Líbia, lutar contra a criminalidade transfronteiras – incluindo o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes – e combater o terrorismo. A Missão de Assistência Fronteiriça da UE para o Posto de Passagem de Rafa (EUBAM Rafa) e a Missão de Polícia da UE para os Territórios Palestínianos (EUPOL COPPS) foram prorrogadas por um ano, até 30 de junho de 2024, com possibilidade de prorrogação por mais outro ano.



## Desporto

### **Prémios Desportivos da UE #BeInclusive 2023: Comissão lança convite à apresentação de candidaturas para identificar projetos que promovam a inclusão através do desporto**

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de candidaturas](#) para os [Prémios Desportivos da UE #BeInclusive de 2023](#), para celebrar o papel do desporto na promoção dos valores europeus e da paz. Os prémios reconhecem as organizações que utilizam o desporto para melhorar a inclusão social de grupos desfavorecidos, incluindo minorias étnicas, refugiados, pessoas com deficiência, grupos de jovens em risco ou outros grupos que enfrentam circunstâncias sociais difíceis. Os prémios deste ano abrangem as três categorias seguintes: "quebrar barreiras", "promover a igualdade de género no desporto" e "desporto para a paz". Os três vencedores (um em cada categoria) serão anunciados na cerimónia anual dos prémios #BeInclusive em 2024 e receberão um prémio de 10 mil euros cada. Os outros finalistas de cada categoria receberão um prémio de 2 500 euros cada.



## Economia e Mercado

### **ACP-UE: Copresidentes da Assembleia Parlamentar Paritária apelam à rápida assinatura do acordo pós-Cotonu**

Carlos Zorrinho (Portugal) e Ana Rita Sithole (Moçambique), copresidentes da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, [fizeram](#) a seguinte declaração em resposta à decisão do Conselho da UE de prorrogar por quatro meses o Acordo de Cotonu entre a União Europeia e os Estados-Membros da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP): «Embora reconheçamos a necessidade de prorrogar o Acordo de Cotonu para evitar um vazio jurídico a partir de 1 de julho, que teria posto termo à base jurídica das instituições conjuntas OEACP-UE, lamentamos que os Estados-Membros da UE - primeiro a Hungria e agora a Polónia -, continuem a bloquear a assinatura do Acordo pós-Cotonu. É inaceitável que um ou dois Estados-Membros da UE comprometam, por razões internas, uma parceria de mais de 100 países de quatro continentes.

Esta parceria agrupa um terço dos membros das Nações Unidas e constitui uma plataforma importante para promover o multilateralismo. No atual contexto geopolítico de instabilidade mundial, o Acordo pós-Cotonu proporciona um quadro estável, reforçado e virado para o futuro para a parceria OEACP-UE, contribuindo assim para a governação mundial. Permitirá uma maior cooperação e atuação em vários domínios que apresentam desafios e oportunidades comuns, orientados pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e pelo Acordo de Paris como objetivos fundamentais. Estes incluem a paz e a segurança, as alterações climáticas e o crescimento económico sustentável.

Os copresidentes instam a OEACP e o Conselho a realizarem uma reunião conjunta de emergência, que iniciará de imediato diálogo com a Polónia, com vista a encontrar uma solução, a estabelecer um prazo firme para desbloquear a situação, bem como indicar uma data em que a assinatura terá lugar. Agradecemos às sucessivas presidências do Conselho da UE os seus esforços para quebrar o



impasse e apelamos aos Estados-Membros, em particular à Polónia, para que de imediato parem de bloquear o Acordo pós-Cotonu, que conta com o apoio político de 26 Estados-Membros da UE, da OEACP e da Assembleia Parlamentar Paritária.»

### **UE-Nova Zelândia: Conselho adota a decisão de assinar um acordo de comércio livre**

A 27 de junho, o Conselho [adotou](#) uma decisão relativa à assinatura do acordo de comércio livre (ACL) com a Nova Zelândia. Espera-se que a UE e a Nova Zelândia assinem o acordo mais tarde. O ACL irá liberalizar e facilitar o comércio e o investimento, bem como promover uma relação económica mais estreita, que abrirá oportunidades económicas significativas para as empresas e os consumidores de ambas as partes. A UE é o terceiro maior parceiro comercial da Nova Zelândia. O comércio bilateral de mercadorias entre os dois parceiros tem aumentado de forma constante nos últimos anos, atingindo quase 9,1 mil milhões de euros em 2022.

Quando o acordo entrar em vigor, espera-se que o comércio bilateral cresça até 30 % graças a este acordo, com as exportações anuais da UE a aumentarem potencialmente até 4,5 mil milhões de euros. O investimento da UE na Nova Zelândia tem um potencial de crescimento até 80%. O acordo pode reduzir cerca de 140 milhões de euros por ano em direitos para as empresas da UE a partir do primeiro ano de aplicação.

O Acordo de Comércio Livre UE-NZ é o primeiro a integrar plenamente a nova abordagem da UE em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável (TSD), que foi aprovada pelo Conselho nas conclusões de 17 de outubro de 2022. Inclui um capítulo específico sobre sistemas alimentares sustentáveis, um artigo específico sobre comércio e igualdade de género e uma disposição específica sobre a reforma dos subsídios ao comércio e aos combustíveis fósseis. O acordo também liberaliza os bens e serviços ecológicos aquando da sua entrada em vigor. Em caso de violações graves dos princípios laborais fundamentais ou do Acordo de Paris, o ACL prevê sanções como último recurso.

Recorda-se que a União Europeia concluiu as negociações para um acordo comercial abrangente e ambicioso com a Nova Zelândia a 30 de junho de 2022. A 17 de fevereiro de 2023, a Comissão propôs ao Conselho que autorizasse a assinatura do ACL. Após a assinatura, o Conselho solicitará ao Parlamento Europeu que dê a sua aprovação à celebração do Acordo (tal como estipulado no TFUE). Depois do Parlamento Europeu ter dado a sua aprovação, do acordo ter sido ratificado pela Nova Zelândia e das duas partes se terem notificado mutuamente da conclusão dos respetivos procedimentos internos, o acordo pode então entrar em vigor. A entrada em vigor terá lugar no primeiro dia do segundo mês seguinte à confirmação por ambas as partes da conclusão dos requisitos e procedimentos legais ou noutra data acordada pelas partes.

### **Setor bancário: alcançado acordo provisório sobre a aplicação das reformas de Basileia III**

A UE está prestes a [aumentar](#) a resiliência dos bancos que operam na União e a reforçar a sua supervisão e gestão dos riscos, finalizando a aplicação das reformas de regulamentação de Basileia III acordadas a nível mundial. Os negociadores da Presidência do Conselho e do Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório sobre as alterações ao Regulamento Requisitos de Fundos Próprios e à Diretiva Requisitos de Fundos Próprios.

Nos termos do acordo provisório, os negociadores chegaram a acordo sobre a forma de aplicar o chamado "limite mínimo dos resultados", que limita a variabilidade dos níveis de fundos próprios dos bancos, cujo cálculo é feito com recurso a modelos internos, e sobre as disposições transitórias adequadas para permitir que os intervenientes no mercado disponham de tempo suficiente para se adaptarem. Os negociadores acordaram ainda em introduzir melhorias nos domínios do risco de crédito, do risco de mercado e do risco operacional. Acordaram igualmente em prever uma proporcionalidade adicional nas regras, em especial para as instituições de pequena dimensão e não complexas.

O acordo inclui ainda um quadro harmonizado de "adequação e idoneidade" para avaliar a adequação dos membros dos órgãos de direção das instituições e dos titulares de funções essenciais. Além disso, foi também alcançado um acordo sobre as regras destinadas a salvaguardar a independência da supervisão, nomeadamente prevendo um período mínimo de incompatibilidade para o pessoal e os membros dos órgãos de governação das autoridades competentes antes de poderem assumir funções em instituições supervisionadas, bem como um limite de tempo de mandato para os membros dos órgãos de governação.

### **Centrais de Valores Mobiliários: Conselho e Parlamento chegam a acordo**

O Conselho [chegou](#) a um acordo provisório com o Parlamento Europeu sobre a atualização das regras relativas às centrais de valores mobiliários (CSD). A nova lei reduzirá os encargos financeiros e regulamentares para as CSD e melhorará a sua capacidade de operar além-fronteiras, reforçando simultaneamente a estabilidade financeira. As CSD são organizações financeiras nacionais ou internacionais que gerem a "liquidação" (transferência de propriedade) de valores mobiliários, tais como ações e obrigações. Desempenham um papel fundamental nos mercados de capitais e no sistema financeiro da UE.

O novo regulamento melhorará a eficiência da liquidação dos valores mobiliários na UE reduzindo os custos de conformidade e os encargos regulamentares para as CSD. Facilitará a prestação de serviços transfronteiras pelas CSD, melhorando simultaneamente a cooperação entre as autoridades de supervisão. O acordo atualiza o Regulamento Centrais de Valores Mobiliários, adotado em 2014, que estabeleceu um conjunto de requisitos comuns para as CSD que operam sistemas de liquidação de valores mobiliários em toda a UE.

### **Pacote Moeda Única: novas propostas para apoiar a utilização de numerário e enquadrar o euro digital**

A Comissão Europeia [apresentou](#) duas propostas que visam garantir que os cidadãos e as empresas continuam a ter acesso e a poder pagar com notas e moedas de euro em toda a área do euro, bem como estabelecer um quadro para uma eventual nova forma digital do euro que o Banco Central Europeu poderá vir a emitir, como complemento do numerário.

O euro continua a ser um símbolo da unidade e da força da Europa. Há mais de duas décadas que as pessoas e as empresas estão habituadas a pagar com moedas e notas de euro, tanto na área do euro como fora dela. Embora 60 % das pessoas inquiridas queiram continuar a ter a opção de utilizar numerário, um número crescente de pessoas opta por pagar digitalmente, utilizando cartões e aplicações emitidos por bancos e outras empresas digitais e financeiras. Esta tendência foi acelerada pela pandemia de COVID-19.

### **Parlamento Europeu renova medidas de apoio ao comércio com a Moldávia por um ano**

Os eurodeputados [deram](#) luz verde à suspensão dos direitos de importação da UE sobre as exportações de produtos agrícolas da Moldávia por mais um ano, para apoiar a economia do país. Os membros da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu aprovaram na terça-feira, por 35 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção, uma proposta para renovar a atual suspensão dos direitos de importação sobre as exportações moldavas para a UE por mais um ano, num contexto de guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que está a criar uma situação difícil para os produtores e exportadores moldavos. Uma vez que a maioria das exportações moldavas já beneficia de acesso isento de direitos ao mercado da UE ao abrigo do Acordo de Associação, esta medida diz respeito a sete produtos agrícolas sujeitos a contingentes pautais: tomate, alho, uvas de mesa, maçãs, cerejas, ameixas e sumo de uva.

### **Promoção do financiamento com vista à transição para uma economia sustentável – Recomendação da Comissão Europeia**

A presente [recomendação](#) vem na sequência da Comunicação da Comissão intitulada «Estratégia de Financiamento da Transição para uma Economia Sustentável». Tem por objetivo apoiar os participantes no mercado que pretendem obter ou fornecer financiamento da transição, apresentando sugestões práticas sobre a forma de abordar este tipo de financiamento. A recomendação é dirigida às empresas que desejam contribuir para a transição para a neutralidade climática e a sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo reforçam a sua competitividade, e que procuram obter financiamento para investimentos que prossigam esse fim. O seu objetivo é descrever a utilização dos instrumentos de financiamento sustentável para esse efeito. O financiamento da transição e o financiamento verde distinguem-se do financiamento geral, que não tem objetivos de sustentabilidade.

### **Regras da UE em matéria de IVA para o comércio eletrónico: Estados-Membros arrecadaram 20 mil milhões de euros em receitas de IVA em 2022**

Novos números indicam que os Estados-Membros arrecadaram 20 mil milhões de euros em receitas de IVA em 2022 através de novos sistemas introduzidos há dois anos, como parte dos esforços para garantir condições de concorrência mais equitativas para todas as empresas. O lançamento do "Balcão Único" alargado (OSS) e do recém-introduzido "Balcão Único de Importação" (OSS de Importação) permite às empresas declarar e transmitir o IVA num Estado-Membro para todas as suas vendas de bens e serviços em toda a UE, bem como para as importações de bens de baixo valor para a UE. Os novos números, que utilizam dados fornecidos pelos próprios Estados-Membros, apontam mais uma vez para o êxito da aplicação das novas regras. Esta tendência positiva já tinha surgido na sequência de uma [avaliação ex-post](#) dos primeiros seis meses de aplicação do pacote do comércio eletrónico.

Ao longo de 2022, os Estados-Membros recolheram mais de 17 mil milhões de euros através do portal OSS alargado, que abrange as vendas em linha na UE. Além disso, foram cobrados 2,5 mil milhões de euros em receitas de IVA sobre as importações de bens de comércio eletrónico. Este valor inclui as novas receitas de IVA geradas pela abolição da isenção de IVA que anteriormente se aplicava às importações de bens de baixo valor que não excediam 22 euros e que eram altamente suscetíveis de fraude.

Globalmente, as receitas do IVA cobradas através dos novos sistemas registaram um aumento de 26 % em relação aos valores de 2021. Quase 130 mil empresas registaram-se para contabilizar o seu IVA sobre as vendas em linha através do novo quadro, o que ilustra o entusiasmo com que os operadores abraçaram as simplificações.

### **Inquérito Eurobarómetro: maioria dos cidadãos dos Estados-Membros que não pertencem à zona euro considera que o euro é bom para a economia**

De acordo com o último inquérito Eurobarómetro, a maioria dos cidadãos (60%) dos Estados-Membros da UE que ainda não adotaram o euro [considera](#) que a moeda comum teve um impacto positivo nos Estados-Membros que já a utilizam. A maioria considera também que a introdução do euro teria consequências positivas para o seu próprio país (53%) e para si próprios (56%).

Globalmente, 58% dos inquiridos são a favor da introdução do euro no seu país. O apoio é mais elevado na Hungria (72%) e na Roménia (71%), seguindo-se a Polónia (55%), a Suécia (54%), a Bulgária (49%) e a República Checa (44%). Em todos os países, com exceção da Roménia, pelo menos metade dos inquiridos sentem-se informados sobre o euro, com mais de oito em cada dez inquiridos (83%) a afirmarem, em média, que já utilizaram notas ou moedas de euro.

O inquérito foi realizado em abril de 2023 nos seis Estados-Membros fora da área do euro que se comprometeram legalmente a adotar o euro: Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia. Em junho do ano passado, a Comissão avaliou os progressos realizados por estes Estados-Membros na via da adesão à zona euro.



## Emprego na UE: utilização de dispositivos digitais

Em 2022, quase 30% das pessoas empregadas na UE com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos [declararam](#) utilizar dispositivos digitais durante a totalidade ou a maior parte do seu tempo de trabalho. De um modo geral, foram mais as mulheres do que os homens que declararam utilizar esses dispositivos digitais. Esta utilização atingiu um pico para ambos os sexos na faixa etária dos 30-44 anos (36% das mulheres empregadas utilizaram dispositivos digitais durante a maior parte ou a totalidade do seu tempo de trabalho, contra 29% dos homens), tendo depois diminuído nas faixas etárias dos 45-59 anos (31% para as mulheres, 23% para os homens) e dos 60-74 anos (24% para as mulheres, 19% para os homens).

Entre os países da UE, as taxas mais elevadas para as pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos foram registadas no Luxemburgo (47% das pessoas empregadas), nos Países Baixos e na Suécia (ambos com 41%). Entretanto, as taxas mais baixas foram registadas na Roménia, Bulgária e Grécia (todas com 12%). No conjunto da UE, a percentagem de pessoas empregadas que utilizam dispositivos digitais durante a totalidade ou a maior parte do seu tempo de trabalho aumentou com o seu nível de educação, independentemente do sexo. Entre as pessoas com um nível de escolaridade baixo ou médio, as mulheres apresentam percentagens mais elevadas do que os homens: 10% das mulheres com um nível de escolaridade baixo passam a totalidade ou a maior parte do seu tempo de trabalho a utilizar dispositivos digitais, contra 8% dos homens; 28% das mulheres com um nível de escolaridade médio estão na mesma situação, contra 16% dos homens. A tendência inverteu-se entre as pessoas com um nível de educação elevado, onde as mulheres registaram uma percentagem de 44%, enquanto os homens 47%.



## Plataforma Energética da UE: Comissão lança segunda ronda de agregação da procura para a aquisição conjunta de gás

A Comissão Europeia [lançou](#) a segunda oportunidade para as empresas europeias registarem as suas necessidades de aquisição de gás através do “[Mecanismo AggregateEU](#)”, tendo em vista a aquisição conjunta de gás no mercado internacional. Tal como [anunciado recentemente](#) pelo vice-presidente Maroš Šefčovič, este segundo exercício baseia-se num [primeiro concurso bem-sucedido](#), no qual quase 11 mil milhões de metros cúbicos de procura agregada de gás na Europa foram cobertos com ofertas de fornecedores fiáveis.

Nesta segunda ronda, as empresas europeias têm de 26 de junho a 3 de julho para responder ao apelo à agregação da procura de gás. As necessidades coletivas serão então levadas a concurso no mercado mundial entre 7 e 10 de julho, para que os fornecedores internacionais possam apresentar as suas propostas para abastecer os clientes europeus. Os potenciais compradores poderão apresentar as suas necessidades em gás a fornecer entre agosto de 2023 e março de 2025, um período mais alongado em comparação com a primeira ronda. A agregação da procura e a aquisição conjunta de gás é uma iniciativa emblemática no âmbito da Plataforma Energética da UE, criada para impulsionar a diversificação do aprovisionamento de gás da UE após a invasão da Ucrânia pela Rússia e a decisão coletiva da UE de pôr termo à sua dependência das importações de combustíveis fósseis da Rússia.

## Aliança europeia para as baterias: inaugurada nova fábrica de produção e reciclagem de material para baterias

Foi inaugurado o primeiro centro europeu de produção e reciclagem de materiais para baterias. A unidade de produção de ponta para materiais ativos de cátodo de alto desempenho e produzidos de forma sustentável, e a unidade de reciclagem de baterias reforçarão a cadeia de valor europeia das baterias. As instalações abrangem o processo desde a extração de matérias-primas e materiais ativos, passando pela produção de baterias, até à sua recolha e recuperação de minerais para a sua reutilização na produção de novas baterias.

O novo centro da BASF beneficiou do trabalho da Aliança Europeia para as Baterias e foi financiado ao abrigo de um importante projeto de interesse europeu comum (“IPCEI”). Ao centrar-se na produção e reciclagem de novos materiais, o centro [demonstra](#) como a UE pode aumentar a sua competitividade e reduzir as suas dependências num setor estratégico fundamental, acelerando simultaneamente a transição ecológica.

## Metas de clima e energia para 2030 estão em risco, diz Tribunal de Contas Europeu

A União Europeia cumpriu as suas metas de clima e energia para 2020 em parte devido a fatores externos como a pandemia de COVID-19, que levaram à diminuição das emissões. O Tribunal de Contas Europeu (TCE) duvida que o compromisso da UE de cortar as emissões de gases com efeito de estufa em 55% até 2030 (em relação aos níveis de 1990) seja uma história de sucesso. Pouco indica que as ações para atingir o alvo de 2030 serão suficientes, salienta num [relatório especial](#).

Em outubro de 2022, a Comissão Europeia comunicou que a UE tinha atingido as suas três metas de clima e energia para 2020. Segundo o TCE, este resultado não se deveu apenas à ação climática da União. Como exemplo, o relatório afirma que, muito provavelmente, a UE-27 não teria atingido a meta de eficiência energética para 2020 sem as reduções do consumo de energia causadas pela crise financeira de 2009 e a pandemia de COVID-19. Apesar disso, a avaliação da UE sobre o seu próprio desempenho ecológico não reflete claramente o efeito de fatores externos.

O TCE aponta falta de transparência na forma como os Estados-Membros cumpriram as suas metas nacionais vinculativas usando mecanismos flexíveis. Alguns países da UE não contribuíram como esperado e serviram-se de outros meios para atingir os objetivos,

tais como a compra de emissões ("dotações de emissões") ou de quotas de energias renováveis a outros países que conseguiram alcançar um "excesso" em relação às metas fixadas. Segundo o TCE, há poucas informações sobre as ações que foram bem-sucedidas e sobre os custos reais do cumprimento das metas para o setor privado e os orçamentos dos países e da União. Desta forma, os cidadãos e as partes interessadas têm dificuldade em saber se a UE está a atingir as suas metas globais ao menor custo possível e não é fácil aprender lições úteis para as metas de 2030.

Olhando para o futuro, surge uma grande preocupação: não há indicações de que haverá financiamento suficiente para atingir as metas de 2030 (mais ambiciosas), em especial verbas do setor privado, que terá de dar um grande contributo. A Comissão Europeia também afirmou que falta ambição coletiva aos países da UE para alcançarem a meta de eficiência energética para 2030, depois de o valor correspondente para 2020 já se ter mostrado o mais difícil de atingir. Algumas das propostas para aumentar as metas de 2030 (como as do pacote Objetivo 55 e do plano *REPowerEU*) aumentarão ainda mais as necessidades de verbas. Além disso, baseiam-se em pressupostos que não têm bem em conta problemas conhecidos (como a dependência energética da Rússia) ou que, como provado por auditorias anteriores, não se concretizam segundo as previsões (por exemplo, que os Estados-Membros vão aplicar na totalidade as políticas existentes).



## Espaço

### **Comissão reforça a cooperação em matéria de dados de satélite com a Agência Espacial das Filipinas para fazer face aos desafios sociais**

A Comissão Europeia e a Agência Espacial das Filipinas (PhilSA) assinaram um acordo de cooperação para reforçar a colaboração no domínio da observação da Terra. O acordo facilitará o intercâmbio recíproco de dados de satélite e incentivará a sua utilização e aplicação na resposta a desafios sociais de interesse comum, desde a gestão a longo prazo dos recursos naturais, a monitorização das zonas marinhas e costeiras, a gestão dos recursos hídricos, a atenuação dos impactos climáticos, a redução do risco de catástrofes, a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a saúde pública.

No âmbito deste Acordo de Cooperação, o PhilSA pretende criar um centro de dados para distribuir dados e informações dos satélites Sentinel do Copernicus em toda a região, bem como apoiar projetos-piloto que utilizem o Copernicus. O Acordo servirá igualmente de base para a execução de um programa de reforço das capacidades do Copernicus para as Filipinas, financiado pela Comissão.

Este acordo de cooperação faz parte da estratégia de divulgação global do Copernicus, que visa promover a utilização dos dados do Copernicus e dos seus serviços para fazer face aos desafios sociais em todo o mundo através de acordos de cooperação com países parceiros. Até à data, a Comissão assinou acordos semelhantes com as administrações dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão, da Austrália, do Chile, da Colômbia, do Brasil, do Panamá, da Índia, da União Africana, da Sérvia e da Ucrânia. Para mais informações, consultar o [sítio Web](#).



## Estado de Direito

### **Regulamento Dados: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre o acesso equitativo aos dados e a sua utilização**

Para que a UE assuma um papel de liderança na nossa sociedade baseada em dados, a Presidência do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o novo regulamento relativo a regras harmonizadas sobre o acesso equitativo aos dados e a sua utilização

A nova legislação visa igualmente facilitar a mudança entre prestadores de serviços de tratamento de dados, cria garantias contra a transferência ilícita de dados por parte dos prestadores de serviços de computação em nuvem e prevê a elaboração de normas de interoperabilidade para a reutilização de dados entre setores.

O Regulamento Dados dará aos cidadãos e às empresas maior controlo sobre os seus dados através de um direito de portabilidade reforçado, que lhes permitirá copiar ou transferir facilmente dados provenientes de diferentes serviços, quando os dados são gerados através de objetos, máquinas e dispositivos inteligentes. O novo diploma capacitará os consumidores e as empresas, permitindo que tenham uma palavra a dizer sobre as possíveis utilizações dos dados gerados pelos seus produtos conectados.

### **Justiça digital: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo sobre as propostas relativas à digitalização da cooperação judiciária e do acesso dos cidadãos à justiça**

A Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre dois atos legislativos da UE destinados a digitalizar os sistemas judiciais da UE e a torná-los mais acessíveis e eficazes. Nos processos transfronteiriços a nível da UE, os cidadãos e os seus representantes poderão comunicar com as autoridades competentes através de um ponto de acesso eletrónico europeu, enviando os seus pedidos e recebendo as respostas por via eletrónica. As autoridades poderão também comunicar entre si e trocar dados relacionados com processos em matéria civil, comercial e penal através de canais digitais seguros e fiáveis.

Atualmente, as autoridades nem sempre recorrem aos meios digitais para comunicarem entre si em processos cíveis, comerciais e penais com incidência transfronteiriça. Esta situação deve-se à falta de canais de comunicação digital seguros e fiáveis ou ao não reconhecimento de documentos, assinaturas e selos eletrónicos.

Além disso, em casos de "força maior" – como a pandemia de COVID-19 – o funcionamento normal dos sistemas judiciais dos Estados-Membros pode também ser afetado. A continuação do funcionamento dos tribunais em tais situações exigirá uma ferramenta digital com normas satisfatórias em matéria de segurança e de direitos fundamentais. As propostas de legislação da UE que o Conselho e o Parlamento Europeu acordaram provisoriamente não estabelecem novos procedimentos europeus. Criarão o quadro jurídico necessário para facilitar a comunicação eletrónica no contexto dos procedimentos de cooperação judiciária transfronteiriça em matéria civil, comercial e penal.



## Indústria

### Exportações de automóveis em 2022

Em 2022, a UE [exportou](#) 158 mil milhões de euros em automóveis, mais 8 mil milhões de euros do que o anterior pico de 150 mil milhões de euros em 2015. As importações em 2022 ascenderam a 62 mil milhões de euros, dando à UE um excedente comercial de 96 mil milhões de euros. O valor do comércio extra-UE de automóveis aumentou em média 3,8 % por ano entre 2002 e 2022, com as importações (4,4 %) a crescerem mais rapidamente do que as exportações (3,6 %).

Em 2022, os Estados Unidos foram o principal destino das exportações de automóveis da UE (23 % do total), à frente do Reino Unido (17 %), da China (15 %), da Coreia do Sul e da Suíça (ambos com 5 %), do Japão e da Turquia (ambos com 4 %). Estes sete parceiros representaram quase três quartos (73%) das exportações extra-UE de automóveis.

A China e o Reino Unido (ambos com 15%) foram a principal origem das importações extracomunitárias, à frente dos Estados Unidos (14%), da Coreia do Sul (13%), do Japão (12%), da Turquia (10%) e do México (8%). Em conjunto, os sete primeiros representaram 88% de todas as importações extra-UE de automóveis.



## Instituições

### Conselho Europeu de 29 e 30 de junho de 2023

O Conselho Europeu [reuniu-se em Bruxelas nos dias 29 e 30 de junho de 2023](#), e adotou conclusões sobre a Ucrânia, economia, segurança e defesa, China, relações externas, Mediterrâneo Oriental e outros assuntos, cujo texto final poderá consultar [aqui](#).

Foi ainda travado um debate sobre a dimensão externa da migração, não tendo sido possível alcançar um compromisso tendo o Presidente do Conselho Europeu apresentado as suas conclusões dessa discussão que, poderá consultar [aqui](#).



## Investigação e inovação científica, ciência

### Primeiro relatório bienal sobre a implementação sobre a abordagem global da investigação e inovação

Num contexto global caracterizado pelo aumento das tensões geopolíticas e pela conseqüente fragmentação das cadeias de abastecimento mundiais, a União Europeia enfrenta o desafio de diversificar e substituir as fontes de abastecimento de matérias-primas críticas e energia limpa. Necessita igualmente de reforçar as suas próprias capacidades de soberania tecnológica no âmbito de uma estreita relação com parceiros fiáveis, assegurando assim a sua autonomia estratégica aberta.

O Plano Industrial do Pacto Ecológico reconhece a necessidade de aumentar maciçamente o desenvolvimento tecnológico, o fabrico e instalação de produtos com impacto zero e o aprovisionamento energético na próxima década. A Europa é pioneira na inovação e conta com cientistas e investigadores líderes a nível mundial. Apoiando-se nestes pontos fortes, a Comissão trabalha com os seus parceiros para desenvolver e implantar tecnologias com impacto zero, numa abordagem aberta, mas decisiva. Na sua Comunicação sobre a abordagem global da investigação e inovação (I&I), a Comissão apresentou uma estratégia para aprofundar a cooperação internacional no domínio da I&I com base na abertura e no respeito pelos direitos e valores fundamentais. O Conselho reafirmou o compromisso da UE em prol da abertura na cooperação internacional neste domínio, visando simultaneamente criar condições de concorrência equitativas e uma abertura recíproca equilibrada, e o Parlamento Europeu salientou a necessidade de desenvolver uma cooperação multilateral assente em regras, em que a I&I deve desempenhar um papel central.

O [presente relatório bienal](#) é o primeiro a fazer o balanço dos progressos realizados no sentido da concretização dos objetivos da Comunicação sobre a abordagem global. Proporciona uma visão geral da posição da UE na cooperação internacional no domínio da I&I em todas as áreas temáticas. Engloba ainda uma reflexão sobre a diplomacia científica com vista a uma maior integração da abordagem global da I&I na política externa e de segurança da UE.



## Presidente do Governo dos Açores assinala em Vigo início de construção de navio de investigação para os Açores

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, acompanhado do secretário regional do Mar e Pescas, Manuel São João, [assinou](#) na terça-feira, em Vigo, a formalização contratual do auto de início de construção do navio de investigação que virá para os Açores. “Fazemos hoje aqui, neste ato singelo, história que vale a pena registar, tendo em conta a expectativa que temos no próximo futuro”, sustentou o governante, falando ladeado por responsáveis dos estaleiros e dois elementos da Estrutura de Missão Recuperar Portugal. “O futuro da humanidade. e cá está novamente este projeto ibérico a marcar pontos numa visão de futuro, tem a ver com a sustentabilidade através de investigação e ciência que nos permita valorizar não uma economia extrativa, mas uma economia de potenciar recursos existentes, valorizá-los e potenciá-los”, prosseguiu o Presidente do Governo dos Açores.

O navio de investigação está orçado em cerca de 20 milhões de euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e é financiado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O prazo máximo para conceção, construção e entrega do bem móvel é de 900 dias, e compreende o prazo de entrega do projeto do navio para aprovação às entidades nacionais competentes e à Sociedade de Classificação, bem como o prazo de conclusão da construção e armamento e entrega do navio no porto da Horta. O navio de investigação científica multidisciplinar tem como objetivo capacitar a Região de uma plataforma tecnológica de acesso ao mar profundo do Atlântico Nordeste central, e em especial da Zona Económica Exclusiva do Arquipélago. A nova plataforma de investigação terá os mais modernos padrões tecnológicos em termos de capacidades e de equipamentos, e complementarmente terá um elevado desempenho energético.

O navio será registado no Registo de Bandeira Português como navio de investigação, com a lotação mínima de vinte pessoas para navegação global, excluindo as zonas com gelo, dez tripulantes técnicos e dez tripulantes científicos. Adicionalmente o navio terá lotação para um mínimo de trinta pessoas embarcadas em viagens diárias. O novo navio de investigação terá capacidade para atuar, entre outras, em áreas como o mapeamento dos fundos marinhos (batimetria com base em equipamentos acústicos), prospeção e exploração biológica de organismos com aptidão biotecnológica, apoio ao desenvolvimento de tecnologias de produção de energias renováveis offshore ou formação de ativos no âmbito da Escola do Mar dos Açores. Este investimento integra a medida do PRR – “Navio de Investigação” –, que faz parte da componente C10-i04-RAA – Desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores”.



Mar e Pescas

## Presidente do Governo dos Açores visitou Agência Europeia de Controlo das Pescas

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, acompanhado do secretário regional do Mar e das Pescas, Manuel São João, [visitou](#), em Vigo, a Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA, na sigla original), tomando contacto com o trabalho desenvolvido pela entidade. A visita deu-se no contexto da visita dos governantes açorianos à cidade espanhola para a formalização contratual do auto de início de construção do navio de investigação que virá para os Açores.

Na ocasião, José Manuel Bolieiro tomou contacto com o trabalho desenvolvido pela Agência, demonstrando abertura da Região para parcerias e sinergias na área de ação desta. A EFCA tem por missão fomentar os mais altos níveis comuns de controlo, inspeção e vigilância no âmbito da Política Comum das Pescas, através da coordenação da cooperação entre as atividades nacionais de controlo e inspeção. A AACP também presta assistência à Comissão Europeia e aos países da União Europeia (UE), dispensando formação aos inspetores e formadores dos países da UE para garantir a aplicação correta das regras da Política Comum de Pescas.

## Publicado em Jornal Oficial da União Europeia regulamento que encerra a pesca do atum-patudo no oceano Atlântico pelos navios que arvoram o pavilhão de Portugal

Foi [publicado](#) no dia 29 de junho o regulamento da Comissão Europeia que encerra a pesca do atum-patudo no oceano Atlântico pelos navios que arvoram o pavilhão de Portugal. Em particular, é proibido manter a bordo, transladar, transbordar ou desembarcar capturas dessa unidade populacional efetuadas por esses navios após a data indicada, mais precisamente 23 de junho de 2023. De acordo com as informações recebidas pela Comissão, as capturas da unidade populacional de atum-patudo no oceano Atlântico efetuadas por navios que arvoram pavilhão ou estão registados em Portugal esgotaram a quota atribuída para 2023.

## Missão da UE «Restaurar os nossos Oceanos e Águas»: 106 milhões de euros para 18 novos projetos de proteção, conservação, despoluição e inovação

A Comissão Europeia [anunciou](#) 18 novos projetos que receberão mais de 106 milhões de euros para contribuir para a [Missão da UE «Restaurar os nossos Oceanos e Águas»](#). Os [projetos](#) (há entidades **portuguesas** envolvidas em 11 dos 18 projetos) reúnem mais de 370 beneficiários de 36 países, incluindo PME, instituições de investigação, autoridades locais, escolas e empresas. Desempenharão um papel fundamental na consecução da neutralidade climática e na restauração da natureza, protegendo e restaurando a biodiversidade nas águas, reduzindo a poluição, apoiando uma economia azul sustentável e desenvolvendo a [geminção digital europeia do oceano](#). Todos os Estados-Membros da UE estão envolvidos nos projetos, com ações do mar Báltico e do mar do Norte, passando pelo rio Danúbio, mar Mediterrâneo e através do Atlântico.

Criadas ao abrigo do programa Horizonte Europa para o período 2021-2027, as [missões da UE](#) são uma nova forma de encontrar soluções para alguns dos maiores desafios da sociedade. Têm objetivos ambiciosos e produzirão resultados tangíveis até 2030. Lançada

em setembro de 2021, a Missão da UE «Restaurar os nossos Oceanos e Águas» visa proteger e restaurar a saúde dos nossos oceanos e águas até 2030 através da investigação e inovação, da participação dos cidadãos e de investimentos na economia azul. A missão aborda os oceanos e as águas como um todo e desempenha um papel fundamental na consecução da neutralidade climática e na recuperação da natureza. Um sumário dos projetos pode ser consultado [aqui](#).



## Mobilidade

### Principais agências de viagens em linha comprometem-se a reembolsar no prazo de 14 dias os voos cancelados

Na sequência de um diálogo com a Comissão Europeia e as autoridades nacionais responsáveis pela proteção dos consumidores (rede CPC), as agências de viagens em linha *Edreams ODIGEO*, *Etraveli Group* e *Kiwi.com* [comprometeram-se](#) a informar melhor os consumidores dos seus direitos em caso de cancelamento de voos pelas companhias aéreas e a transferir o reembolso dos bilhetes no prazo de sete dias após a sua receção das companhias aéreas, o que significa que os consumidores devem recebê-lo após um total de 14 dias.

De acordo com os direitos dos passageiros na UE, as companhias aéreas que cancelam um voo são obrigadas a reembolsar os bilhetes no prazo de sete dias, desde que o passageiro tenha optado pelo reembolso do voo. No entanto, os bilhetes de avião também podem ser comprados através de um intermediário (uma "agência de viagens em linha"). Em resultado deste diálogo, os três principais intermediários europeus de companhias aéreas clarificam a situação nestes casos: os consumidores receberão o seu reembolso no prazo máximo de 14 dias. Esta medida contribui igualmente para criar condições equitativas e justas no sector das viagens aéreas.

Esta ação complementa um diálogo anterior com 16 grandes companhias aéreas europeias, que resultou no compromisso dessas companhias de respeitar o prazo de 7 dias para os reembolsos e no reembolso de mais de 500 mil vales de voo que tinham imposto aos consumidores na sequência de cancelamentos de voos durante a pandemia de COVID-19. O diálogo de 2021 com as companhias aéreas chamou a atenção para os atrasos adicionais sofridos pelos consumidores quando os bilhetes cancelados tinham sido adquiridos através de um intermediário. As agências de viagens em linha abrangidas pela ação são: *eDreams ODIGEO* (com marcas como *eDreams*, *Opodo*, *Go Voyages*, *Travellink* e *Liligo*); *Etraveli Group* (com marcas como *Mytrip*, *GotoGate*, *Flybillet*, *Flightnetwork*, *Supersavetravel*, *seat24* e *Travelstart*); e *Kiwi.com*. Inicialmente, a ação também se dirigia à *Otravo* que, no entanto, cessou as suas operações em dezembro de 2022.



## Proteção civil

### Ucrânia: UE envia 500 geradores das reservas rescEU em resposta à destruição da barragem de Nova Kakhovka

No âmbito da assistência prestada à Ucrânia através do Mecanismo de Proteção Civil da UE e dos parceiros humanitários, a UE está agora a mobilizar 500 geradores de eletricidade da sua reserva [rescEU](#) situada na Polónia para a Ucrânia, na sequência da destruição da barragem de Nova Kakhovka. Os geradores serão utilizados para restaurar infraestruturas críticas, como estações de bombagem de água e estações de esgotos nas zonas afetadas do Sul da Ucrânia. Os geradores têm várias dimensões que vão dos 12,5 kVA aos 1100 kVA, com um valor financeiro total de 16 milhões de euros. A destruição da barragem de Nova Kakhovka, que era o maior reservatório de água do mundo, causou enormes inundações, destruindo aldeias e terras agrícolas, e agravando a situação humanitária no Sul da Ucrânia, deixando muitas comunidades sem acesso a água, eletricidade e alojamento.



## Saúde

### Rumo a um certificado de saúde digital mundial: Conselho adota recomendações

O Conselho [adotou](#) uma recomendação destinada a assegurar a transição harmoniosa do sistema de certificação da COVID-19 para uma rede mundial de certificação digital em matéria de saúde da OMS. A recomendação incentiva os Estados-Membros a aderirem, acompanharem e participarem no desenvolvimento da rede mundial de certificação digital em matéria de saúde da OMS. Até que os Estados-Membros estejam ligados a esta rede, e durante o período até ao final do ano, são incentivados a permanecer ligados ao Portal da UE (a atual infraestrutura digital da UE para a verificação de certificados). A rede mundial de certificação digital em matéria de saúde da OMS integrará a tecnologia desenvolvida nos certificados digitais COVID da UE.

### Regras atualizadas para garantir o financiamento adequado da Agência Europeia de Medicamentos

O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição relativamente às taxas e encargos a pagar à Agência Europeia de Medicamentos (EMA), a fim de garantir o seu financiamento adequado. A EMA desempenha um papel fundamental na garantia de que todos os medicamentos colocados no mercado da UE são seguros, eficazes e de elevada qualidade. O quadro jurídico que rege o financiamento da agência tornou-se bastante complexo ao longo dos anos. Os eurodeputados concordaram em racionalizar o sistema, simplificando a estrutura das taxas e reunindo num único instrumento jurídico as regras atualmente regidas por dois regulamentos separados. Os

deputados querem que as taxas a pagar à agência sejam proporcionais ao trabalho efetuado. A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu devem ser consultados sobre a forma como a Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos (EMA) se encontra organizada. Os eurodeputados propõem que seja assegurado um financiamento adequado para reforçar as competências da EMA e garantir a sua sustentabilidade.

### **Conselho dá luz verde à criação da Agência da UE sobre Drogas**

O Conselho [adotou](#) um ato legislativo para substituir o atual Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) pela Agência da União Europeia sobre Drogas. A agência terá um importante papel a desempenhar na resposta da UE aos novos desafios que as drogas ilícitas representam para a saúde e a segurança. A sede da agência permanecerá em Lisboa (Portugal).

As principais atribuições da agência serão a recolha, a monitorização, a análise e a difusão de dados, a melhoria do grau de preparação através do alerta rápido, da avaliação dos riscos e de recomendações de intervenções baseadas em dados concretos, bem como o desenvolvimento de competências que permitam antecipar e enfrentar os desafios relacionados com as drogas. O regulamento reforçará igualmente o papel da agência no domínio da cooperação internacional, incumbindo-a de procurar ativamente cooperar com organizações internacionais. A agência poderá também chamar países terceiros a participar nas suas atividades.

O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência foi criado em 1993, em Lisboa. O seu objetivo é fornecer à UE e aos Estados-Membros informações factuais e comparáveis sobre as drogas, a toxicodependência e as suas consequências, a fim de fundamentar a elaboração das políticas e orientar as iniciativas de resposta às drogas. O regulamento é diretamente aplicável e aplicar-se-á um ano após a sua entrada em vigor.

### **União Europeia da Saúde: criação duma rede de fabricantes de vacinas para reforçar a preparação para as crises sanitárias**

A Comissão Europeia [anunciou](#) a criação do "FAB da UE", uma rede de fabricantes de vacinas na UE com capacidades de fabrico suficientes e ágeis, que será capaz de produzir rapidamente vacinas essenciais em caso de emergência sanitária. Os membros do FAB da UE são responsáveis por assegurar a manutenção das instalações, do pessoal e das cadeias de abastecimento, de modo a poderem iniciar rapidamente o fabrico a pedido da Comissão. O FAB da UE terá capacidade para produzir até 325 milhões de vacinas por ano, na UE. A Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), em cooperação com a Agência de Execução Digital e de Saúde Pública da União Europeia (HaDEA), financiará o FAB da UE com 160 milhões de euros por ano. O número de doses de vacinas reservadas para os FAB da UE por ano varia entre 50 e 140 milhões, consoante os fabricantes. Estas doses serão inteiramente produzidas na UE, nomeadamente na Bélgica, na Irlanda, nos Países Baixos e em Espanha.



## Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

### **A União Europeia apresenta um pacote de apoio à República da Moldávia**

Na sequência de um pedido do Conselho Europeu e conforme anunciado pela Presidente Ursula von der Leyen em 31 de maio em Chisinau, a Comissão Europeia e o Serviço Europeu para a Ação Externa [elaboraram](#) um pacote de apoio à República da Moldávia para fazer face ao impacto da guerra da Rússia de agressão contra a Ucrânia na Moldávia e para aproximar o país da União Europeia.

O [pacote de apoio à Moldávia](#) tem cinco prioridades, destinadas a abordar o impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e aproximar a Moldávia da União Europeia, podendo encontrar [aqui](#) informação detalhada sobre essas prioridades.

### **Somália: Conclusões do Conselho confirmam uma nova parceria reforçada entre a UE e a Somália**

O Conselho [aprovou](#) conclusões em que reafirma o empenhamento da UE na sua parceria de longa data com a Somália e a vontade de aprofundar a sua cooperação estratégica. O Conselho felicita o Governo Federal da Somália pelos seus esforços para construir uma Somália estável e pacífica, a fim de assegurar a concretização da transição para a segurança em conformidade com os mandatos pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como pelo seu ambicioso programa de reformas

As conclusões salientam que a parceria da UE com a Somália se centra agora na implementação conjunta do "Roteiro Operacional Conjunto UE-Somália: um empenhamento direcionado renovado" e na manutenção da dinâmica positiva. Num momento em que continuam a registar-se progressos nas esferas política, socioeconómica e da segurança, a UE salienta a importância de a Somália continuar a avançar em matéria de boa governação, de Estado de direito, de luta contra a corrupção e a impunidade e de promoção e defesa dos direitos humanos. A UE continuará a mobilizar todo o seu conjunto de instrumentos de apoio à Somália, nomeadamente através do IVCDI – Europa Global, da Estratégia Global Gateway, da ajuda humanitária, bem como do MEAP e das missões e operações da PCSD.

### **Conclusões do Conselho Europeu sobre a China**

O Conselho Europeu [prosseguiu](#) o seu debate estratégico sobre as relações da UE com a China e reafirmou a abordagem política multifacetada da UE em relação a este país, que é simultaneamente um parceiro, um concorrente e um rival sistémico. Apesar dos seus diferentes sistemas políticos e económicos, a União Europeia e a China têm um interesse comum na prossecução de relações construtivas e estáveis, assentes no respeito pela ordem internacional baseada em regras, num empenhamento equilibrado e na reciprocidade. A União Europeia continuará a colaborar com a China para fazer face aos desafios globais e incentiva-a a tomar medidas

mais ambiciosas em matéria de alterações climáticas e biodiversidade, saúde e preparação para pandemias, segurança alimentar, redução de catástrofes, redução da dívida e assistência humanitária.

A União Europeia e a China continuam a ser importantes parceiros comerciais e económicos. A União Europeia procurará assegurar condições de concorrência equitativas, de modo a que as relações comerciais e económicas sejam equilibradas, recíprocas e mutuamente benéficas. Em consonância com a Agenda de Versalhes, a União Europeia continuará a reduzir as dependências e vulnerabilidades críticas, nomeadamente nas suas cadeias de abastecimento, e a reduzir os riscos e a diversificar as atividades sempre que necessário e adequado. A União Europeia não tenciona dissociar-se ou virar-se para dentro. Enquanto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a China tem uma responsabilidade especial na defesa da ordem internacional assente em regras, da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. Por conseguinte, o Conselho Europeu apela à China para que pressione a Rússia a pôr termo à sua guerra de agressão e a retirar imediata, completa e incondicionalmente as suas tropas da Ucrânia.

Os mares da China Oriental e do Sul são de importância estratégica para a prosperidade e a segurança regionais e mundiais. A União Europeia está preocupada com as crescentes tensões no Estreito de Taiwan. O Conselho Europeu opõe-se a quaisquer tentativas unilaterais de alterar o status quo pela força ou pela coerção. O Conselho Europeu reitera a coerência da UE com a sua "política de uma só China". A União Europeia continua firmemente empenhada na promoção do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. O Conselho Europeu congratula-se com o reatamento do diálogo sobre os direitos humanos com a China. Reitera as suas preocupações no que se refere ao trabalho forçado, ao tratamento dos defensores dos direitos humanos e das pessoas pertencentes a minorias, à situação no Tibete e em Xinjiang, bem como ao cumprimento dos anteriores compromissos da China em relação a Hong Kong.



## Tecnologia, informática e comunicações

### **Cibersegurança nas instituições, órgãos e organismos da UE: Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório**

Os negociadores da Presidência do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o regulamento destinado a garantir um elevado nível comum de cibersegurança nas instituições, órgãos e organismos da UE. As referidas medidas foram propostas pela Comissão em março de 2022 no contexto de um súbito aumento significativo do número de ciberataques sofisticados que afetaram a administração pública da UE nos últimos anos. O novo regulamento estabelecerá um quadro comum para todas as entidades da UE em matéria de cibersegurança e aumentará a resiliência e a capacidade destas entidades para responder a incidentes.

### **Diplomacia digital: Conselho define ações prioritárias para o reforço da ação da UE nos assuntos digitais mundiais**

O Conselho [adotou](#) conclusões sobre a diplomacia digital da UE. Em tempos marcados por cada vez mais desafios geopolíticos, o rápido desenvolvimento de tecnologias disruptivas com um impacto transformador nas economias e nas sociedades exige que a UE e os seus Estados-Membros reforcem o seu papel e a sua liderança na governação digital mundial. Neste contexto, as conclusões sublinham a necessidade de uma política e uma ação da UE mais robustas, mais estratégicas, coerentes e eficazes no domínio dos assuntos digitais mundiais e definem uma série de ações prioritárias, com base nos progressos alcançados na aplicação das conclusões do Conselho de 2022 sobre a diplomacia digital da UE.

As Conclusões realçam que, para elevar a sua diplomacia digital a um novo patamar, a UE tem de seguir uma abordagem "Equipa Europa", protegendo conjuntamente os seus interesses estratégicos e promovendo a sua abordagem da transição digital centrada no ser humano.

### **Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre uma identidade digital europeia (eID)**

A fim de garantir um acesso seguro, fiável e sem discontinuidades aos serviços públicos e privados transfronteiras na UE, a Presidência do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre os elementos essenciais de um novo quadro para uma identidade digital europeia (eID). O regulamento revisto constitui uma clara mudança de paradigma para a identidade digital na Europa, visando assegurar o acesso universal de pessoas e empresas a uma identificação e autenticação eletrónicas seguras e fiáveis através de uma carteira digital pessoal num telemóvel.

Um dos principais objectivos políticos do regulamento revisto é proporcionar aos cidadãos e a outros residentes, tal como definidos pela legislação nacional, um meio de identidade digital europeu harmonizado, baseado no conceito de carteira de identidade digital europeia. Enquanto meio de identificação eletrónica ("meio de identificação eletrónica") emitido ao abrigo de sistemas nacionais, a carteira seria um meio de identificação eletrónica por direito próprio. O texto do acordo provisório desenvolve ainda mais o conceito de carteira e a sua interação com os meios de identificação eletrónica nacionais.

Mais no Parlamento Europeu...

**Calendário para 2023.**



Em aberto



### Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



### Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



### Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



### Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



### Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



### Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



### Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



### Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



### Agência Espacial Europeia



Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



### Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



### Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integram o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



### Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



### Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

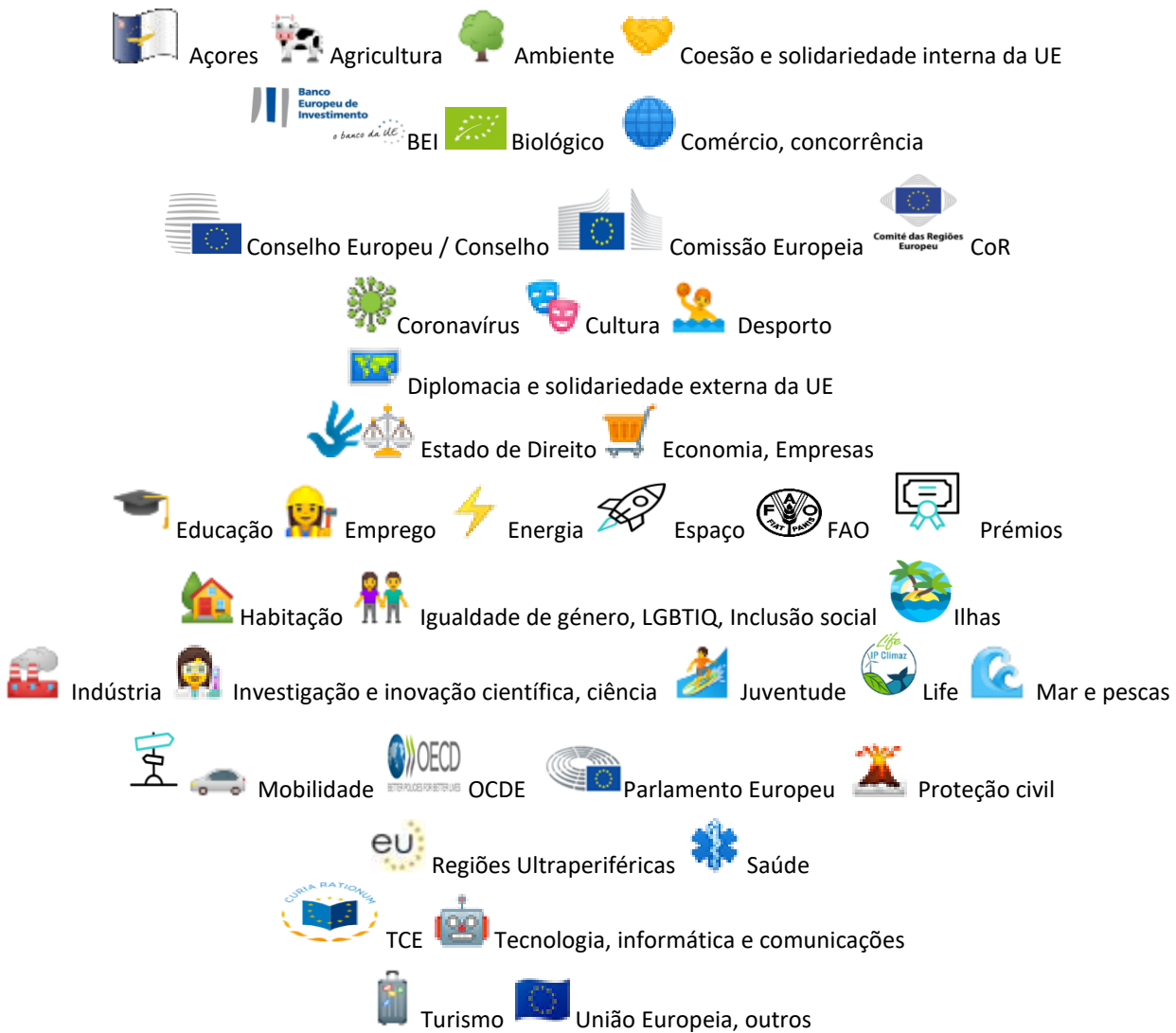


### O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

**Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

**Legenda:**



### Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

### Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

[gabinetebruxelas@azores.gov.pt](mailto:gabinetebruxelas@azores.gov.pt) | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

**Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!**